

Região de Presidente Prudente terá R\$ 1,18 bi para saneamento

Encontro no município detalha metas de universalização de água e esgoto até 2029

Na última sexta-feira (20), a cidade de Presidente Prudente foi o cenário de uma importante agenda regional de saneamento promovida pela Sabesp. O evento reuniu prefeitos e autoridades estaduais para a apresentação de resultados robustos e o detalhamento das perspectivas de investimentos para os municípios que integram as bacias do Alto e Baixo Paranapanema. O foco central do encontro foi o novo ciclo de aportes da Companhia, estruturado para acelerar a universalização do acesso à água tratada, além da coleta e do tratamento de esgoto em toda a região.

Para o grupo de 26 municípios que participaram diretamente da agenda, o planejamento é ambicioso: os investimentos somam R\$ 1,18 bilhão entre os anos de 2024 e 2029. Desse montante, R\$ 102,5 milhões já foram executados entre 2024 e 2025, enquanto o expressivo valor de R\$ 1,08 bilhão está programado para o período entre 2026 e 2029.

Avanços

Especificamente no município de Presidente Prudente, a Sabesp projeta investir um total de R\$ 550,7 milhões até 2029. A execução desse cronograma já mostra resultados práticos, com R\$ 58 milhões aplicados entre o segundo semestre de 2024 e o decorrer de 2025. Para os próxi-



Divulgação/Sabesp

Recursos estão sendo destinados à modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento

mos anos, entre 2026 e 2029, a previsão é de que R\$ 492,6 milhões sejam injetados na infraestrutura local.

Esses recursos estão sendo destinados à modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário. Desde 2024, a cidade contabilizou 4.196 novas ligações urbanas de água e 81 em áreas rurais e informais. No setor de esgoto, foram 4.587 novas conexões urbanas e 86 em zonas informais. Além disso, houve um salto notável na inclusão social: o núme-

ro de famílias beneficiadas pela tarifa social e vulnerável em Presidente Prudente subiu de 2.140 para 10.650, democratizando o acesso ao saneamento básico para a população de baixa renda.

O impacto desses investimentos também é visível no indicador por habitante. No contrato anterior, o investimento médio era de R\$ 43 por habitante ao ano; com o novo contrato, esse valor saltou para R\$ 202, demonstrando uma capacidade financeira muito superior para atingir as metas de universalização.

Expansão regional

A agenda regional não se restringiu à sede, abrangendo cidades como Álvares Machado, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Rosana, Teodoro Sampaio e Santo Anastácio. Ao considerar o agrupamento mais amplo de 110 municípios do Alto e Baixo Paranapanema, a Sabesp já investiu mais de R\$ 372,8 milhões desde julho de 2024 e prevê R\$ 4,1 bilhões adicionais até 2029.

Nesse contexto regional, a expansão do atendimento é ex-

pressiva. Desde 2024, houve um acréscimo de 78 mil novas economias urbanas de água e 21 mil em áreas rurais. No esgotamento sanitário, o incremento foi de 71 mil economias urbanas e 16 mil informais, com 81 mil novas economias atendidas por tratamento de esgoto. O alcance social também se expandiu na região: em junho de 2024, 23,5 mil usuários tinham tarifa social; em fevereiro de 2026, esse número chegou a 118,6 mil beneficiados.

Metas

Para o período entre 2026 e 2029, os 26 municípios participantes da agenda verão uma transformação física em sua infraestrutura. Estão previstas a implantação de aproximadamente 200 quilômetros de redes de água e 214,6 quilômetros de redes de esgoto. O plano inclui ainda a construção de 26 estações elevatórias de esgoto e 17 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

O sistema de abastecimento também será reforçado com duas novas estações elevatórias de água tratada, uma Estação de Tratamento de Água (ETA) e duas estações elevatórias de água bruta. De acordo com informações de Meunim Oliveira Júnior, diretor da Sabesp, este novo ciclo tem como prioridade o diálogo com as lideranças para alinhar as obras que garantam a universalização até 2029.

Mogi Guaçu suspende as aulas devido a casos de meningite

A Prefeitura de Mogi Guaçu decidiu paralisar preventivamente as atividades em três instituições de ensino no distrito de Martinho Prado Jr. A medida ocorre após a confirmação de quatro casos de meningite em crianças com idades entre 9 meses e 4 anos. Do grupo afetado, duas já receberam alta hospitalar, enquanto as demais seguem sob cuidados médicos. A suspensão é válida inicialmente até a próxima segunda-feira, dia 30 de março.

Segundo o secretário de Educação, Paulo Paliari, o foco agora é o reforço rigoroso nos protocolos de higiene. Como o público-alvo é composto majoritariamente por bebês e crianças pequenas, a atenção está voltada à desinfecção de colchonetes, brinquedos e cuidados na troca de fraldas.



KraakenImages/FreePik

Atividades ficarão suspensas até a próxima segunda-feira

Inflamação

A meningite é uma inflamação das membranas que protegem o sistema nervoso central, podendo ser causada por vírus, bactérias, fungos ou parasitas. Os sinais de alerta em crianças incluem febre alta, vômitos e

rigidez na nuca. Já em bebês, os pais devem observar se há moleira elevada, irritabilidade, choro agudo ao toque ou rigidez corporal. A detecção precoce é fundamental para evitar complicações graves e garantir a pronta recuperação.

Dunga, de Araçatuba, vira réu por corrupção

O Juízo da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo aceitou a denúncia do Ministério Público contra o ex-vereador de Araçatuba, Antônio Edwaldo Costa, o Dunga, e outros envolvidos. A acusação, fruto de um trabalho conjunto entre o GAECO e o MP Eleitoral, aponta crimes de promoção e financiamento de organização criminosa, além de corrupção eleitoral.

A investigação começou focada no tráfico de drogas no bairro São José, mas revelou um esquema onde o núcleo político utilizava a força de grupos criminosos para obter votos ilegalmente.

Aliança com o crime

Segundo o MP, o ex-parlamentar financiava a organização "Esquina Maluca", grupo associado a integrantes da facção criminosa PCC. Em troca

de apoio político, eram prometidas e concedidas vantagens indevidas, como auxílio financeiro, custeio de advogados para criminosos, intervenções administrativas e facilitação de acesso a serviços públicos. Essa estrutura ilícita era usada para mobilizar eleitores e captar votos, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, comprometendo a legitimidade do processo democrático no município.

Além do ex-vereador, um assessor e um motorista foram denunciados por atuarem como pontes entre o setor político e o crime organizado. Eles participavam diretamente da distribuição de benefícios e da captação de votos. O MP reforça que as condutas demonstram total desprezo pelas instituições, usando o crime para manipular resultados eleitorais.